



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001761-35.2019.6.22.8035

INTERESSADO: 35ª ZONA ELEITORAL

ASSUNTO: Horário de funcionamento do Posto de Atendimento ao Eleitor - 35ª ZE

**DESPACHO Nº 3720 / 2019 - PRES/ASSPRES**

Vistos.

Vieram os autos a esta Presidência para fins de conhecimento e deliberação acerca de solicitação formulada pelo juízo da 35ª Zona Eleitoral (São Miguel do Guaporé), na qual se pleiteia autorização para funcionamento de posto de atendimento ao eleitor (PAE), a ser instalado no município de **Seringueiras**, em horário que coincida com o expediente da Prefeitura Municipal ([0438877](#)).

Ouvido, o Corregedor Regional Eleitoral manifestou-se **favorável** ao deferimento do pedido e destacou que a Resolução TRE-RO n. 26/201, em seu art. 8º, §2º, dispõe que "*Os postos de atendimento instalados em órgãos externos à estrutura da Justiça Eleitoral funcionarão no horário de expediente previsto para aquelas instituições*".

Além do permissivo normativo acima referido, verifica-se que a proposta apresentada harmoniza-se com interesse público e com a *praxe* dos demais serviços públicos disponibilizados naquela localidade, além de permitir a boa fluidez das atividades e um maior alcance da Justiça Eleitoral.

Ante o exposto, **AUTORIZO** o funcionamento do posto de atendimento ao eleitor (PAE), que será instalado no município de Seringueiras, em horário que coincida com o expediente da Prefeitura Municipal, tal como solicitado pelo juízo da 35ª Zona Eleitoral no evento n. [0438877](#).

À Diretoria-Geral, para adoção das providências necessárias à formalização de termo de cooperação com a Prefeitura do município de Seringueiras para fins de instalação de posto de atendimento ao eleitor em prédio da Administração Municipal.

Ciência à 35ª ZE e à Corregedoria Regional Eleitoral.

Cumpra-se.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, agosto de 2019.

Desembargador **SANSÃO SALDANHA**

Presidente

PROCESSO: 0001761-35.2019.6.22.8035

INTERESSADO: 35ª ZONA ELEITORAL

ASSUNTO: Análise de minutas de acordos de cooperação a serem celebrados entre este Tribunal Regional Eleitoral e a Prefeitura Municipal de Seringueiras/RO – Instalação de Posto de Atendimento ao Eleitor (PAE).

**PARECER JURÍDICO Nº 0452750 / 2019 - PRES/DG/AJDG**

**I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado para o trâmite da celebração do Termo de Cooperação entre este Tribunal e a Prefeitura de Seringueiras, objetivando a comunhão de esforços na operacionalização e funcionamento no Posto de Atendimento ao Eleitor (PAE), no referido município, administrado pela 35ª Zona Eleitoral.

**02.** Em seu Requerimento – CRE/GAB35ªZE/35ªZE ([0438877](#)), o Juiz Eleitoral da 35ªZE aduziu que existem 10.081 (dez mil e oitenta e um) eleitores aptos no Município de Seringueiras, consoante comprova o documento constate o evento [0430583](#), que a distância entre os Municípios de Seringueiras e São Miguel, onde está localizado o Cartório da 35ªZE, é de 40 km, e que o prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMACS foi disponibilizado para o funcionamento do PAE. Assim, diante destes fatos, requer a formalização da alteração do local de funcionamento do PAE de Seringueiras/RO e a fixação do seu horário de atendimento das 7h às 13h.

**03.** Afim de instruir o requerimento, juntou-se os seguintes documentos:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Ofício nº 024/2019/35ªZE/RO ([0430574](#)) – disponibilização de novo local para funcionamento do Posto de Atendimento ao Eleitor de Seringueiras/RO;
- Relatório de distribuição do eleitorado por Zona/Município ([0430583](#));
- Ofício nº 0408/GAB/PMS/2019 ( [0433181](#)) – resposta ao Ofício nº 024/2019/35ZE/RO;
- Fotos da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMACS ([0434957](#), [0434966](#), [0434970](#), [0434981](#), [0434987](#), [0434989](#), [0434991](#), [0434992](#) e [0434993](#); e
- Informação nº 4141 – CRE/GAB35ªZE/35ªZE ([0433192](#)) – do chefe de cartório da 35ªZE sobre o espaço disponibilizado pela prefeitura.

**04.** Após manifestação favorável do Corregedor Regional Eleitoral quanto ao horário de funcionamento do posto de atendimento em questão (Manifestação nº 1307/2019 – CRE/COORCRE – [0443206](#)), o Presidente deste Tribunal autorizou o funcionamento do PAE, a ser instalado no Município de Seringueiras, em horário que coincida com o expediente da Prefeitura Municipal. Ainda, encaminhou os autos à Diretoria-Geral – DG para adoção das providências necessárias à formalização de termo de cooperação com o órgão municipal citado, conforme Despacho nº 3720/2019 – PRES/ASSPRES.

**05.** Em cumprimento ao Despacho nº 3777/2019 – PRES/DG/GABSAOFC ([0444280](#)) a 35ªZE forneceu as informações necessárias para elaboração do instrumento (Informação nº 5253 – CRE/GAB35ª/35ªZE – [0443284](#)). Após, juntada a minuta do acordo de cooperação (evento [0448191](#)), a SECONT encaminhou os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer, em cumprimento ao previsto no parágrafo único do artigo 38, da Lei n. 8.666/93 ([0448206](#)). **É o necessário relato.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

**06.** A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as minutas de acordos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da Administração Pública devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. As **minutas** de editais de licitação, bem como as dos contratos, **acordos**, convênios ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração**. (sem grifo no original)

**07.** Analisando a minuta de Termo de cooperação, quanto à forma, conteúdo e observância da legislação, conclui-se que está adequada e contempla os fins a que se propõe.

**08.** Em relação à **forma**, embora trata-se de Termo de cooperação, cuja elaboração não exige maior rigor formal quando não envolve responsabilidade de natureza econômico-financeira, a minuta anexa está alinhada, no que for compatível, com as disposições do art. 55 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece as cláusulas mínimas dos contratos administrativos, em especial:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o **objeto e seus elementos característicos**;

II - o **regime de execução** ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os **direitos e as responsabilidades das partes**, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os **casos de rescisão**;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. (sem grifo no original)

**09.** Considerando que não há obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre as partes, possível concluir que a minuta sob análise também atende, no que for compatível, as disposições do art. 116 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece regras específicas para os acordos firmados pela Administração Pública.

**10.** Acerca do **conteúdo**, a minuta contempla o objeto do ajuste, estabelecendo as regras necessárias para sua execução conforme o fim proposto conjugação de esforços objetivando a operacionalização e funcionamento do posto de atendimento ao eleitor – PAE no Município de Seringueiras/RO.

**11.** Por sua vez, a **realização de parcerias pela Justiça Eleitoral com entes da Administração Pública tem previsão expressa na Lei nº 7.444/1985**. Em relação à legislação, não se vislumbra qualquer ofensa, mormente porque o instrumento harmoniza-se com os parâmetros normativos da Lei nº 8.666/93 e cada parte do ajuste está no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, que no caso estão claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

### **III – DA CONCLUSÃO**

**12.** Pelo exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta juntada ([0448191](#)), estando o instrumento apto a normatizar o ajuste proposto.

**13.** Por fim, registra-se que esta unidade jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos dos instrumentos de acordo, conforme pedido a ela submetido, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO**, Assessor Jurídico, em 05/09/2019, às 14:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000963-82.2019.6.22.8000

INTERESSADO: 35ª ZONA ELEITORAL

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnica – ACT entre este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e a Prefeitura Municipal de Seringueiras/RO.

**DESPACHO Nº 4361 / 2019 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se da formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre este Tribunal e a Prefeitura Municipal de Seringueiras/RO para fins de instalação de novo Posto de Atendimento ao Eleitor no prédio da Administração Municipal, com vistas à realização das atividades de revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos no referido Município, pertencente à jurisdição da 35ª Zona Eleitoral.

Consta nos autos Ofício da 35ª ZE endereçado à Prefeitura Municipal de Seringueiras/RO solicitando disponibilização de novo local para funcionamento do Posto de Atendimento ao Eleitor ([0430574](#)); resposta da Prefeitura comunicando que disponibilizou local na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMACS para funcionamento do PAE ([0433181](#)); manifestação favorável da COORCRE ([0443206](#)) e a autorização, para instalação e funcionamento do Posto de Atendimento pela Presidência deste Regional, em horário que coincida com o expediente da Prefeitura Municipal daquele município ([0443561](#)).

Assim, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para adoção das providências necessárias com vistas à formalização de termo de cooperação para instalação do referido Posto de Atendimento ao Eleitor no Município de Seringueiras ([0443739](#)).

Mediante o Despacho 3777 ([0444280](#)) determinou-se à 35ª ZE que juntasse as informações necessárias para confecção de instrumento de acordo de cooperação. Em resposta, foram anexadas as informações constantes do evento [0446284](#).

Com base nestas informações a SECONT elaborou minuta de Acordo de Cooperação Técnica ([0448191](#)) e encaminhou para a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0448206](#)), a qual, por



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

meio do Parecer n. [0452750](#), aprovou os termos e condições contidas na referida minuta, por concluir que o referido instrumento encontra-se apto a normatizar o ajuste proposto.

A SAOFC encaminhou o feito a esta Diretoria-Geral para apreciação e deliberação ([0452938](#)).

Consoante acima relatado, foi elaborada minuta de Acordo de Cooperação Técnica pela SECONT, a qual foi devidamente aprovada pela Assessoria Jurídica, conforme determinação do parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações e Contratos.

Destarte, denota-se que a parceria buscada por meio do Acordo de Cooperação que se pretende firmar com a Prefeitura em questão encontra-se em conformidade com a Lei n. 7.444/85 e com a Resolução TSE n. 23.440/2015, como também com os parâmetros normativos da Lei n. 8.666/93.

Pelo exposto, com base no art. 1º, inciso II, da Portaria TRE-RO nº 66/2018, esta Diretoria-Geral **AUTORIZA a celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre este Tribunal e a Prefeitura Municipal de Seringueiras/RO, cuja minuta foi devidamente aprovada pela AJDG**, objetivando a comunhão de esforços para a instalação e o funcionamento de posto de atendimento ao eleitor no referido município.

À SAOFC para a adoção das providências necessárias para a formalização do referido ajuste.

---

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 09/09/2019, às 17:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 25/2019**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 25/2019**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 0001761-35.2019.6.22.8035**

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ELEITORAL DE RONDÔNIA E A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SERINGUEIRAS, OBJETIVANDO A  
COMUNHÃO DE ESFORÇOS PARA A  
INSTALAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DE  
POSTO DE ATENDIMENTO AO ELEITOR  
NO RESPECTIVO MUNICÍPIO.

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS/RO**, inscrita no CNPJ 63.761.993/0001-34, com sede na Av. Marechal Rondon, 984, bairro Centro, CEP 76.934-000, em Seringueiras/RO, Telefone(s): (69) 3623-2693; E-mail(s): gabinetesrg@gmail.com, neste ato representado pela Prefeita desse Município, Senhora **LEONILDE ALFLEN GARDA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG 6.000.672 – SSP/PR e CPF 369.377.972-49, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, conforme autorização constante no Despacho 4361/2019/GABDG, de 09/09/2019 (evento [0453267](#)), e consoante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a disponibilização, pela Prefeitura Municipal supramencionada, de novo local para funcionamento do Posto de Atendimento ao Eleitor de Seringueiras/RO (PAE) e a comunhão de esforços objetivando o atendimento ao eleitor no município referido, com assunção de responsabilidades próprias de cada parte integrante do presente instrumento, a serem definidas nas respectivas obrigações descritas a seguir.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-RO**

São obrigações do TRE-RO durante a vigência deste Acordo:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Fornecer móveis, equipamentos (inclusive de informática), água mineral e materiais de expediente e de limpeza, para a adequada prestação de serviços de atendimento ao eleitor no Posto de Atendimento ao Eleitor a ser disponibilizado pela Prefeitura do Município correspondente;
2. Manter em perfeitas condições de funcionamento os Kit's Biométricos e todos os equipamentos e sistemas de informação necessários à adequada prestação de serviços específicos de sua responsabilidade;
3. Responsabilizar-se pela comunicação à população do Município referido acerca da instalação de Posto da Justiça Eleitoral, bem assim do horário de atendimento, das 07h às 13h, com auxílio da Prefeitura do Município;
4. Requisitar servidor(es) para exercer(em) as atividades administrativas no Posto da Justiça Eleitoral;
5. Fornecer treinamento ao(s) servidor(es) da área administrativa que fará(ão) o atendimento no Posto da Justiça Eleitoral;
6. Exercer o controle administrativo do(s) servidor(es) requisitado(s) para o Posto da Justiça Eleitoral, ficando este(s) subordinado(s) hierarquicamente e administrativamente à Justiça Eleitoral de Rondônia.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS/RO**

São obrigações da Prefeitura Municipal referida:

1. Disponibilizar espaço para instalação do Posto de Atendimento ao Eleitor no município respectivo (a princípio, conforme detalhado na Informação 4141/2019/35ª ZE, evento nº [0433192](#)), sem ônus para a Justiça Eleitoral, para atendimento aos eleitores;
2. Fornecer acesso à Internet, 01 (uma) linha telefônica para o Posto de Atendimento ao Eleitor e água potável aos usuários dos serviços desse prédio;
3. Ceder 01 (um) Eletricista e 01 (um) Técnico de Informática, para auxílio na montagem do Posto de Atendimento ao Eleitor;
4. Responsabilizar-se pela manutenção predial, pela limpeza do espaço (incluindo dos banheiros), pelo recolhimento e pela destinação adequados dos resíduos obtidos, assim como pela segurança do prédio;
5. Responsabilizar-se pelo custeio de todas as despesas relativas a esse espaço disponibilizado, entre elas: impostos e taxas; consumos de eletricidade, de água, de gás de cozinha, de internet e de ligações telefônicas; serviços de limpeza, de copa, e de segurança; entre outras despesas;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Auxiliar a Assessoria de Comunicação da Justiça Eleitoral na divulgação da instalação e funcionamento do Posto de Atendimento ao Eleitor;

**Subcláusula Primeira** - Em hipótese alguma a Justiça Eleitoral terá qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária para com a Prefeitura referida em relação a qualquer ação ou omissão praticada por esta última, ou por seus servidores, direta ou indiretamente relacionada a este instrumento que afete os beneficiários ou quaisquer terceiros.

**Subcláusula Segunda** - É expressamente vedada a menção de nomes de pessoas ou agentes públicos específicos, em decorrência do princípio da impessoalidade, sendo possível dar publicidade deste Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Município e a Justiça Eleitoral, sem favorecimento de qualquer servidor ou autoridade.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

O presente instrumento terá vigência de 48 (quarenta e oito) meses, a contar da data de assinatura deste Acordo, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo por mais 12 (doze) meses, na forma da Lei 8.666/1993.

### **CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O presente Acordo de Cooperação Técnica não implica obrigações de natureza financeira para qualquer dos partícipes, que se comprometem a arcar, respectivamente, com eventuais custos que advierem de sua execução, dentro de sua respectiva competência.

### **CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES**

Mediante Termo Aditivo, as partes, de comum acordo, poderão promover alterações ao presente Instrumento, desde que não importem em descaracterização do seu objeto.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADESÃO**

Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ter adesão de outros entes ou órgãos da Administração Pública, direta e indireta, com o apoio institucional e disponibilização de servidores na forma e nas condições nele estabelecidas, mediante assinatura de Termo de Adesão.

**CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO**

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assumindo cada partícipe os respectivos ônus decorrentes das obrigações assumidas.

**CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

No TRE-RO, a gestão do presente Acordo de Cooperação Técnica ficará sob a responsabilidade do Juízo da 35ª Zona Eleitoral de Seringueiras/RO e a fiscalização deste instrumento ficará sob a responsabilidade do Chefe de Cartório da mencionada Zona Eleitoral.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente instrumento tem como fundamentação, no que for compatível, o contido no art. 116 da Lei nº 8.666/1993, e a legislação que rege a matéria, em especial a Leis nºs 7.444/1985, bem como a Resolução TSE nº 23.440/2015.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

O TRE-RO providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia - DJE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem em concordância, lavrou-se o presente instrumento, que, após lido e achado conforme pelas partes, foi assinado por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

Porto Velho, 13 de setembro de 2019.

**LIA MARIA ARAÚJO LOPES**

**Diretora Geral do TRE-RO**

**LEONILDE ALFLEN GARDA**

**Prefeita do Município de Seringueiras/RO**

---

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 13/09/2019, às 16:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **LEONILDE ALFLEN GARDA, Usuário Externo**, em 16/09/2019, às 12:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190174

Disponibilização: 16/09/2019

Publicação: 17/09/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº. 25/2019/TRE-RO, assinado em 16/09/2019, firmado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO, CNPJ: 04.565.735/0001-13 e a PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS/RO, CNPJ: 63.761.993/0001-34; Objeto: Disponibilização, pela Prefeitura Municipal supramencionada, de novo local para funcionamento do Posto de Atendimento ao Eleitor de Seringueiras/RO (PAE) e a comunhão de esforços objetivando o atendimento ao eleitor no município referido, com assunção de responsabilidades próprias de cada parte integrante do presente instrumento. Fundamentação Legal: Art. 116 da Lei nº 8.666/1993, Lei nº. 7.444/1985; Resolução TSE nº. 23.440/2015. Vigência: 48 (quarenta e oito) meses, a contar da data de assinatura deste Acordo, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo por mais 12 (doze) meses, na forma da Lei 8.666/1993. Signatários: Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO e a Excelentíssima Senhora LEONILDE ALFLEN GARDA, Prefeita do Município de Seringueiras/RO. Processo SEI n. 0001761-35.2019.6.22.8000.

---

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, **Chefe de Seção**, em 16/09/2019, às 15:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.